

QUILOMBOLAS, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DUAS PERSPECTIVAS: AS NOTÍCIAS E AS LIDERANÇAS

Aluna: Caroline Nascimento Ludovice

Orientador: José Maurício Arruti

Introdução

Este relatório faz parte das atividades do projeto de pesquisa do Laboratório de Antropologia dos Processos de Formação: **“Panorama Quilombola no Estado do Rio de Janeiro: Terra, Cultura e Educação”**, que tem como objetivo elaborar um amplo levantamento do estado atual da Questão Quilombola no Estado do Rio de Janeiro, por meio de uma análise das condições e impactos desta política de reconhecimento, tanto no que diz respeito às dinâmicas locais de tais comunidades, quanto às políticas públicas propostas e incidentes sobre elas. Tal pesquisa destaca dois objetivos principais: (a) identificar a atual situação escolar destas comunidades (escolas situadas em territórios quilombolas ou que atendam a população quilombola), (b) investigar os debates relativos à educação diferenciada destas comunidades, assim como, iniciativas práticas de ordem civil, político, social e acadêmica. Este relatório contribui parcialmente com ambos os objetivos ao organizar a massa de notícias publicadas sobre o tema da educação quilombola e por confrontá-la com depoimentos de lideranças quilombolas da Região dos Lagos no Estado do Rio de Janeiro.

Objetivos

Articular uma visão do tema da educação quilombola no Rio de Janeiro em âmbito macro, tomando por base as notícias nacionais sobre políticas públicas para educação em quilombos em âmbito micro. Nesse sentido tomarei por base depoimentos de lideranças das comunidades quilombolas da Região dos Lagos (RJ). Analisar como os atores sociais e as instituições atuam diante da questão, e sua interferência no desenvolvimento de ações que possibilitem o aprofundamento das questões relativas ao tema. Para tal análise nossas perguntas básicas foram: Quais ações são promovidas neste âmbito? Quem as promove? Como elas são expressas nas notícias e nas falas das lideranças na consulta da ACQUILERJ (Associação de Comunidades Quilombolas no Estado do Rio de Janeiro)? Em que medida os meios de comunicação (notícias), e Estado (políticas públicas) demonstram a realidade daquele contexto?

Assim, visamos analisar especificamente o andamento das políticas públicas envolvidas com essas comunidades, no aspecto de participação dos órgãos públicos, na fiscalização dos mesmos sobre essas ações, no diálogo dessas instâncias com as comunidades e sua influência no desenvolvimento de uma educação quilombola.

Metodologia

Como pesquisadora bolsista de iniciação científica, fui responsável especificamente pelo levantamento de dados e informações, utilizando como fonte o site *observatório quilombola* (www.koinonia.org.br/oq), principal meio de comunicação da causa no Brasil. As notícias foram selecionadas seguindo o critério de filtragem com a palavra-chave: “educação” e trabalhadas a partir do software *Nvivo*. A partir daí foi construída uma base de dados. Paralelamente foram incluídos no trabalho- para contraponto da análise das notícias-os depoimentos colhidos em campo pela equipe do Lapf, na ocasião da consulta realizada em parceria com a ACQUILERJ sobre Violação de Direitos nas Comunidades Quilombolas da Região dos Lagos.

Conclusões

As notícias apresentam um número inferior de ações que envolvam as comunidades da Região dos Lagos, e um número superior na veiculação voltada para a Região Sul do Estado. Ocorrendo, conseqüentemente, visibilidades distintas sob as regiões, na perspectiva do leitor. Interferindo também, no modo como a própria comunidade se reconhece.

Notamos que na análise da consulta sobre violação de direitos há demandas e interesses referentes à educação que divergem sobre a opinião das lideranças e poder público. E observamos ainda, a possível existência de um conflito entre o acesso e manutenção de uma escola de qualidade. Uma escola que acima de tudo atenda às necessidades das comunidades.

Identificam-se poucas iniciativas que voltam o olhar para o reconhecimento dessa população enquanto movimento social, enquanto cidadãos providos de direitos. Além disso, questiona-se até que ponto essas políticas públicas, projetos, programas de governo, respondem as demandas específicas dessas comunidades na forma com que se manifestam.

E assim, nos questionamos: Quais as conseqüências deste embate? Questão esta que nos impulsiona à investigação para que se consigam de fato mudanças a partir de leis, e de ações políticas.

Referências Bibliográficas

ARRUTI, José Maurício Andion. “Políticas Públicas para quilombos: terra, saúde e educação”. In: Caminhos Convergentes - Estado e Sociedade na Superação das desigualdades Raciais no Brasil, edited by Marilene de Paula e Rosana Heringer. e ed 1. Vol. 1, 75-110. Rio de Janeiro: Fundação Henrich Boll, Action AID, 2009.

_____. “Quilombos”. In: Raça – Novas Perspectivas Antropológicas, edited by Osmundo Pinho; Lívio Sansone. e ed 1. Vol. 1. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. "Notas sobre as iniciativas federais em educação no contexto das políticas públicas para quilombos". In: Educação escolar quilombola: Pilões, Peneiras e Conhecimento Escolar. 1 ed. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2009, v. 1, p. 13-31.